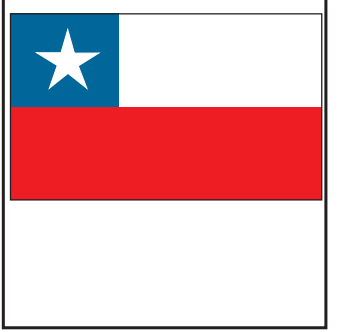
BIBLIOTECA DO CIDADÃO

O LIVRO NA RUA®

Série Diplomacia ao alcance de todos

Coleção Países



CHILE

Coleção Divulgação – INCENTIVO À LEITURA – Distribuição gratuita

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

THESAURUS Editora

© Thesaurus Editora – 2011

Autores

Luiz Alfredo Mello Vieira e Luiz Antonio Gusmão são Analistas de Relações Internacionais - IPRI.

Arte, impressão e acabamento:
Thesaurus Editora de Brasília
SIG Quadra 8 Lote 2356, Brasília – DF – 70610-480 – Tel: (61) 3344-3738
Fax: (61) 3344-2353 ou End. eletrônico: editor@thesaurus.com.br

Os direitos autorais da presente obra estão liberados para sua difusão desde que sem fins comerciais e com citação da fonte. Composto e impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

CHILE



Chile na América do Sul.

Introdução

O Chile é um dos países mais prósperos da América do Sul. Indicadores econômicos e sociais colocam-no como a nação de maior desenvolvimento humano da América Latina. Com a consolidação da democracia e o

bom desempenho econômico das últimas décadas, o país vem assumindo posição de destaque na região.

Geografia e população

Com toda a costa oeste banhada pelo Oceano Pacífico, o Chile faz fronteira com Argentina (leste), Bolívia (nordeste) e Peru (norte). As cidades de Santiago (capital), Concepción e Valparaíso são as maiores aglomerações urbanas do país. O Chile ocupa uma longa e estreita faixa de terra de aproximadamente 756 mil km² nas encostas da cordilheira dos Andes. Situado no Anel de Fogo do Pacífico, está sujeito a frequentes abalos sísmicos, como o terremoto de magnitude de 8,8 pontos na escala Richter, que assolou o país em fevereiro de 2010. Seu território, de formato atípico, apresenta grande variedade de clima, topografia, fauna e flora. Do norte, com o árido deserto do Atacama (o mais alto e seco do mundo, com 2400 metros de altitude), ao extremo sul, com o clima polar da Zona Austral (porção chilena da Patagônia), o país abriga diversos ecossistemas. A flora abrange cactos e gramíneas no Vale Central, florestas araucárias pré-históricas, estepes austrais e sequóias andinas.

A população, de cerca de 17,1 milhões de habitantes, é praticamente urbana (quase 90%), com alta expectativa de vida (78,8 anos) e taxas de alfabetização e escolaridade bem acima da média dos países latino-americanos. Apesar desses dados alentadores, reduzir o patamar da desigualdade de renda ainda é um desafio para os governantes.

O Chile possui uma sociedade cultural e etnicamente homogênea, em que maior parte da população é

mestiça ou de origem europeia e professa o cristianismo (70% de católicos e 15% de protestantes). De acordo com o censo de 2002, apenas 4,6% da população pertencem a grupos étnicos indígenas. Os mapuches são o maior grupo indígena, com cerca de 4% da população, enquanto aymaras, quechuas, yámanas e outros representam menos de 1%.

Economia

O PIB chileno, nos últimos dez anos, vem crescendo à taxa média de 4% ao ano. Em 2010, o PIB alcançou US$ 203 bilhões. Mineração, agricultura e pecuária são as principais atividades econômicas do país, com destaque para a exportação de salmão e a produção de vinhos, frutas e farinha de pescado. A produção de cobre é responsável por um terço da renda governamental. A continuidade de políticas econômicas da década 1980 contribuiu para o crescimento estável e para a redução da pobreza pela metade. Atualmente, o país dispõe de mais de US$ 20 bilhões em reservas de fundo soberano para investimento público. Sendo assinado 57 acordos comerciais bilaterais e multilaterais, o Chile está fortemente integrado aos fluxos de comércio e finanças internacionais, e suas exportações correspondem a mais de um terço da renda governamental. A economia chilena caracteriza-se por um equilíbrio fiscal consistente e por sofisticados mercados financeiros. O reduzido mercado interno restringe, contudo, o potencial de crescimento e agregação de valor à produção. Outro fator estrutural limitante é a ausência de grandes reservas energéticas, que obrigam o país a importar petróleo e gás natural.

História e política

Antes da colonização espanhola, o atual território chileno era ocupado pelo Império Inca, no norte, e pelos índios mapuches, no centro-sul. A conquista do território pelos europeus começou com a chegada de espanhóis vindos do Peru em busca de ouro, no século XVI. A ocupação ocorreu em meio à resistência dos mapuches e de índios de outras etnias, bem como de inimigos da Coroa espanhola no exterior. Com isso, o Chile tornou-se a colônia mais militarizada e centralizada das Américas.

A emancipação chilena foi desencadeada com a deposição do rei da Espanha, Fernando VII, nas Guerras Napoleônicas (1808). A formação da Primeira Junta de Governo (1810) é considerada o marco inicial do processo que culminou com a declaração de independência, em 12 de fevereiro de 1818, pelo líder político e militar Bernardo O'Higgins. Considerado um dos patronos da nação, O'Higgins foi Diretor Supremo do Chile de 1817 a 1823. A consolidação territorial foi turbulenta, ocorrendo em meio a conflitos internos e regionais. Após uma série de campanhas militares, a resistência dos mapuches foi vencida, e o território de Araucanía, no centro do país, ocupado. Com a vitória na Guerra do Pacífico (1879-83) sobre Peru e Bolívia, o Chile expandiu-se para o norte.

Um período de grande polarização levou o país à Guerra Civil em 1891, e ao fim desta, estabeleceu-se um governo "semiparlamentarista" que durou até 1925. Golpes militares sucessivos em 1924 e 1925 restabeleceram o presidencialismo sob nova Constituição. Vários governos se alternaram no poder por meio de eleições até que

um golpe das Forças Armadas depôs o governo socialista de Salvador Allende (1970-73) e instaurou a ditadura do General Augusto Pinochet (1973-90), com a justificativa de impedir a nacionalização dos bancos e das minas de cobre. Pinochet aplicou medidas de liberalização econômica, ao mesmo tempo em que reprimiu duramente a oposição ao regime, com repetidas violações de direitos humanos.

Sob o governo ditatorial, foi realizada consulta popular que aprovou a Constituição de 1980, redigida por um Conselho de Estado e ainda vigente, com diversas emendas e disposições transitórias. A Constituição previa a realização de um plebiscito nacional em 1988 sobre a permanência de Pinochet no poder. O resultado foi a vitória do "não" (55,9%), e eleições conjuntas para presidente e parlamentares foram convocadas para o ano seguinte, inaugurando o período de transição democrática.

Pinochet deixou o poder em março de 1990. Com a vitória do jurista Patricio Aylwin (1990-94), assumiu o poder a *Concertación de Partidos por la Democracia*, uma coalizão de centro-esquerda dos principais setores da oposição à ditadura. Os governos da *Concertación* que se sucederam (Eduardo Frei, 1994-2000; Ricardo Lagos, 2000-2006) mantiveram a base consensual da transição em torno do regime democrático, da abertura econômica e das relações civil-militares.

Em 2005, foi eleita Michelle Bachelet (2006-2010), a primeira mulher a ocupar a presidência do país. Bachelet expandiu programas sociais e de promoção da igualdade de oportunidades. Ao mesmo tempo, manteve rigorosas medidas fiscais. Apesar de sua grande popularidade nos últimos meses de mandato, os vinte anos de governo da *Concertación* foram encerrados com a vitória

do conservador Sebastián Piñera, candidato da *Coalición por el Cambio* (centro-direita), na eleição presidencial de novembro de 2009 (três anos após a morte de Pinochet).

Política externa

A configuração geográfica tende a fazer que o Chile se sinta isolado. A idéia do isolamento contribui para que as relações com os vizinhos e com o resto do mundo assumam peculiar relevância não só na política externa, mas também na política interna do país.

Desde a independência do país em 1817, a definição das fronteiras territoriais tem sido uma das questões mais importantes da política exterior chilena. No século XIX, o Chile envolveu-se em duas importantes guerras para a formação de seu território atual. Na Guerra da Confederação (1836-39), combateu e derrotou a breve Confederação Peruano-Boliviana (1836-39) para desafiar o domínio do porto de Callao no comércio da costa do Pacífico. Anos mais tarde, na Guerra do Pacífico (1879-83), o Chile voltaria a enfrentar o Peru e a Bolívia, pela posse das reservas de nitratos (principalmente guano e salitre) na região do Atacama. Ao fim dessa guerra, anexou as regiões de Tarapacá, do Peru, e de Antofagasta, da Bolívia.

A perda do acesso boliviano ao mar é, até hoje, fator de atrito entre Chile e Bolívia. Em 1978, a Bolívia rompeu relações diplomáticas com o Chile; desde então, os países mantêm apenas relações consulares, sendo representados por Cônsules-Gerais. O Chile também tem uma disputa marítima com o Peru. Este, em 2008, apresentou denúncia na Corte Internacional de Justiça (CIJ)

contra o vizinho, acerca da controvérsia sobre a delimitação dos espaços marítimos entre os dois países.

Teve grande destaque, igualmente, uma a disputa com a Argentina, desde o século XIX, por ilhas no Canal de Beagle, na Terra do Fogo. Objeto de tratado entre os dois países em 1900, conhecido como "Paz de los Estrechos", a questão da soberania sobre o Canal de Beagle seria reavivada na década de 1970. Entre 1971 e 1977, a questão da posse das ilhas Nueva, Picton e Lennox, além do controle sobre o canal de Drake, foi submetida à arbitragem da Rainha Elizabeth II, sem que um acordo fosse alcançado. Após um período de negociações diretas e da quase eclosão de uma guerra em 1978, a questão foi submetida à mediação do Papa João Paulo II entre 1979 e 1984. Em 1984, Chile e Argentina solucionaram o conflito com o Tratado de Paz e Amizade, aceitando as sugestões da mediação papal.

Nas décadas de 1960 e 1970, a política externa chilena, mais até do que a de outros países latino-americanos, procurou afirmar e ampliar a autonomia do país no plano internacional, ao rejeitar os conceitos de fronteiras ideológicas e de congelamento do poder mundial. Guiada pelos princípios de autodeterminação dos povos e de não intervenção, a política externa do governo de Salvador Allende (1970-73), por exemplo, universalizou a diplomacia do país, o que possibilitou o estabelecimento de relações diplomáticas com Cuba, Alemanha Oriental, China, Coréia do Norte, Vietnã do Norte e outros países do denominado campo socialista. O Golpe de Estado que levou o General Pinochet ao poder encerrou a tendência de universalização das relações exteriores. Sob o governo Pinochet (1973-90), o Chile enfrentou relativo isolamento no plano internacional.

Desde a ascensão da *Concertación* ao governo, em 1990, a inserção internacional do Chile tem se caracterizado por sua posição como uma das economias mais internacionalizadas do mundo, por sua projeção para a Ásia-Pacífico e pela permanência de disputas fronteiriças com países vizinhos.

O Chile é um dos países com maior grau de abertura econômica do mundo. Tem presença nos principais mercados internacionais e acordos de livre comércio com vários países e blocos econômicos, entre os quais: Peru, Colômbia, Panamá, América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua), México, EUA, Canadá, China, Japão, Coréia do Sul, Austrália, Turquia e Associação Européia de Livre Comércio (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça). Em 2010, o Chile tornou-se membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Com um extenso litoral no Oceano Pacífico, o Chile intensificou sua projeção econômica para a Ásia. O país é membro da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC), tendo sediado a Cúpula desta organização em 2004. Foi também o idealizador, junto com Cingapura, do Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL), criado em 1999 com o objetivo de estimular a interação, fomentar a cooperação e promover o diálogo político entre as duas regiões.

Desde 11 de março de 2010, com a posse do presidente Sebastián Piñera, Alfredo Germán Moreno Charme é o Ministro de Relações Exteriores. Atualmente, o Chile mantém relações diplomáticas com 171 Estados e conta com Embaixadas residentes em outros 66. Entre os principais objetivos da política externa chilena atual, podem-se destacar: a associação comercial com outros

países; a defesa de sua integridade territorial; o fortalecimento da integração regional, sobretudo da América do Sul; e a promoção dos interesses marítimos e antárticos do Chile.

Relações Brasil-Chile

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Chile foram estabelecidas em 1836. Ao longo do século XIX, os dois países mantiveram relações de amizade e bom entendimento mútuo, o que era interessante, do ponto de vista estratégico, a ambos. Para o Chile, as boas relações com o Brasil eram consideradas um meio de evitar o isolamento no plano regional, já que o país tinha pendências de limites com seus três vizinhos (Peru, Bolívia e Argentina); para o Brasil, a amizade com o Chile contrabalançava a influência da Argentina no Cone Sul. Em 1872, após a interrupção das relações diplomáticas entre o Chile e a Bolívia, o Brasil passou a representar os interesses bolivianos em Santiago. Na Guerra do Pacífico (1879-83), o Brasil assumiu posição de neutralidade.

No início do século XX, surgiu a idéia de se estabelecer uma aliança política entre Argentina, Brasil e Chile, conhecida como Pacto do ABC, como forma de exercer uma "influência compartilhada" no Cone Sul. Em 1907, os três países iniciaram entendimentos diplomáticos para a aproximação política. Em 1909, o Barão do Rio Branco entregou a Puga Borne, Ministro das Relações Exteriores do Chile, a minuta do Tratado de Cordial Inteligência Política e Arbitramento, mas, devido às rivalidades então vigentes, as negociações foram abandonadas no mesmo ano. Em 1915, os chanceleres dos

três países assinaram o Tratado para Facilitar a Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais, que não tinha os mesmos objetivos de coordenação política das tentativas anteriores. O Tratado do ABC, como era conhecido, não chegou a entrar em vigor, por não ter sido aprovado pelos Congressos do Brasil e do Chile.

As Legações dos dois países, em Santiago e no Rio de Janeiro, foram elevadas à categoria de Embaixada em 1922, como reflexo da importância que as relações bilaterais adquiriam. Em 1963, o presidente João Goulart realizou a primeira visita oficial de um Chefe de Estado brasileiro ao Chile. Entre 1964 e 1973, muitos militantes de esquerda brasileiros buscaram asilo político no Chile, então sob os governos de Eduardo Frei (1964-70) e Salvador Allende (1970-73). Durante o governo Allende, as orientações político-ideológicas dos governos e a atividade dos exilados brasileiros no Chile foram fatores de instabilidade nas relações bilaterais. Com a ascensão do General Pinochet ao poder, em 1973, as relações entre Brasil e Chile melhoraram significativamente.

Desde meados do século XX, Brasil e Chile atuam conjuntamente em projetos que visam à integração econômica da América Latina. Os países foram membros fundadores da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), criadas, respectivamente, em 1960 e 1980. Em 1996, foi assinado o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Chile, pelo qual o país se tornou membro-associado do bloco.

Neste início de século XXI, Brasil e Chile têm intensificado esforços no âmbito de mecanismos de integração e estabilização regionais, como a União de Na-

ções Sul-Americanas (UNASUL), o Mercosul, o Grupo do Rio, a Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) e a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), além de esforços para a conformação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Os países estabeleceram, em 2010, a Comissão Bilateral Brasil-Chile, instância responsável pela coordenação de diversos foros de diálogo e cooperação bilaterais em várias áreas. Duas reuniões já foram realizadas no âmbito da Comissão Bilateral: a primeira em Brasília (agosto de 2010) e a segunda em Santiago (abril de 2011).

Em 2010, o intercâmbio comercial entre Brasil e Chile atingiu US$ 8,3 bilhões, aumento de 58% em relação a 2009, e o país foi o segundo maior comprador de produtos brasileiros na América Latina. O Brasil, por sua vez, foi o quarto principal parceiro comercial do Chile. Os investimentos brasileiros no Chile totalizam US$ 2 bilhões e concentram-se nos setores de energia, mineração, finanças e construção civil. O total de investimentos chilenos no Brasil é US$ 10 bilhões, o que faz do Brasil, pelo segundo ano consecutivo, o principal destino dos investimentos do Chile no exterior.



Mapa político do Chile.

Dados Básicos

Nome oficial: República do Chile

Forma de governo: República presidencialista

Presidente: Miguel Juan Sebastián Piñera Echenique (2010-14)

Língua Oficial: Espanhol

Capital: Santiago

Cidade mais populosa: Santiago

Área: 756.950 km²

População: 17,1 milhões (2010)

Densidade demográfica: 22,5 hab./km²

Alfabetização: 95,79% (Censo 2002)

Escolaridade média nacional: 10,2 anos (2008)

PIB: US$ 203.925 bilhões (2010)

Moeda: Peso Chileno

Exportações / Importações: US$ 71,03 bilhões / US$ 55,18 bilhões (2010)

Principais produtos exportados: salmão, vinho, uva, serviços, maçã, carne de porco, madeira compensada, cartolinas, cloreto de potássio, placas de fibra de madeira.

Para saber mais

DIRETÓRIO DE SÍTIOS DO GOVERNO CHILENO. Disponível em: http://www.gksoft.com/govt/en/cl.html.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Temas Políticos e Relações Bilaterais: http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/america-do-sul/chile/pdf.

ARAVENA, Francisco Rojas. Chile: mudança política e inserção internacional, 1964-1997. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 40 (2): 49-75, 1997.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL-AMERICANO (OPSA). Dossiê Chile. *Análise de Conjuntura*, n. 1, jan.2010. Disponível em: http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/70_analises_AC_n_1_jan_2010.pdf

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A Fundação Alexandre de Gusmão realiza atividades culturais e pedagógicas, além de estudos e pesquisas no campo das relações internacionais e da política externa brasileira, promovendo e divulgando reflexões sobre o cenário internacional e o Brasil no mundo.

www.funag.gov.br